

Edição de 28 de setembro de 2023



Nesta edição:

 Plenário do Senado Federal realiza sessão de debates temáticos com a participação de prefeitos sobre a reforma tributária (PEC 45/2019)

Plenário do Senado Federal realiza sessão de debates temáticos com a participação de prefeitos sobre a reforma tributária (PEC 45/2019)

O Senado Federal realizou **Sessão de Debates Temáticos destinada a debater a reforma tributária sobre o consumo** (PEC 45/2019) com a participação de Chefes de Poderes Executivos Municipais.

O Presidente da Casa, **Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**, destacou a importância da reforma que busca alinhar a legislação brasileira com práticas internacionais e promover o desenvolvimento e bem-estar para todos os brasileiros. Ressaltou que seria mais adequado chamar a proposta de reforma tributária e fiscal, dado que os recursos, com unificação dos tributos incidentes sobre o consumo, serão distribuídos entre os entes conforme novo regramento. Informou que o Senado pretende ouvir a sociedade e os entes federativos antes da votação, considerando as diversas realidades dos municípios pelo vasto território brasileiro, a fim de impulsionar o desenvolvimento e diminuir as desigualdades hoje existentes.

O Senador Eduardo Braga (MDB/AM), relator da matéria na Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ), enfatizou a importância de ouvir os municípios na reta final da elaboração do relatório no Senado, visando a uma proposta equilibrada. Informou que o Ministério da Fazenda apresentou parâmetros para possíveis alíquotas futuras e regimes diferenciados aprovados pela Câmara, e o Tribunal de Contas da União (TCU) convalidou esses estudos, gerando um produto que será entregue a todos os Senadores. A perspectiva é de votação da matéria no Plenário até o final de outubro.

Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, enfatizou o apoio do Governo à reforma tributária, incluindo o suporte ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e o fornecimento de análises técnicas. Destacou que a reforma impacta na arrecadação municipal de duas maneiras: substituindo o ISS por um IVA com tributação no destino (IBS) e alterando os critérios de distribuição da cota-parte do ICMS. Convém reforçar que a reforma é neutra em termos de carga tributária e seus efeitos serão suavizados ao longo do tempo.

Appy ainda explicou o papel do Conselho Federativo do IBS, que visa uniformizar a legislação, gerenciar a arrecadação e compensar créditos de maneira precisa, salientando que as administrações

tributárias dos municípios manterão sua autonomia. A reforma também mantém a autonomia dos entes na definição de suas alíquotas.

Ricardo Nunes, Prefeito de São Paulo e Presidente Interino da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), destacou o apoio da FNP à reforma tributária e a importância de implementar um novo modelo. Pontou que é fundamental evitar que os municípios percam recursos, independentemente do tamanho. No que diz respeito à composição do Conselho Federativo de IBS, sugeriu equilíbrio com 9 municípios com menos de 80 mil habitantes, 9 municípios não capitais com mais de 80 mil habitantes e 9 capitais, desde que representem pelo menos 60% da população do país. Concluiu enfatizando a necessidade de segurança jurídica, atração de investimentos e fortalecimento das instituições e das cidades para promover o crescimento do país, dado o aumento das responsabilidades e custos dos municípios.

Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), expressou o apoio da entidade à unificação dos tributos, resultando no IBS e CBS, com a mudança da cobrança da origem para destino. A CNM defende uma reforma que modernize o sistema tributário e corrija as distorções existentes entre os diferentes níveis de governo.

Embora a reforma tenha como princípio a neutralidade, ou seja, manter a carga tributária proporcional a cada esfera da federação, destacou a dificuldade dos municípios em enfrentar a crise fiscal sem afetar a população, uma vez que eles prestam serviços diretos à comunidade. Ressaltou que o atual sistema de impostos, especialmente o ISS, concentra recursos nas grandes cidades em detrimento dos municípios menores.

Ziulkoski também ressaltou a necessidade de garantir que o conceito de "destino" não seja amplamente interpretado ou distorcido por eventuais leis complementares. Por fim, a CNM não se opõe a melhorias na governança do Conselho, mas considera inadequada a perda de autonomia dos municípios e estados nas questões administrativas.

Francisco Nélio Aguiar, Prefeito de Santarém (PA), sugeriu destinar 25% do FNDR aos municípios e se opôs à criação de novos tributos sem a participação dos municípios na arrecadação. Sebastião Ferreira Martins Junior, Prefeito de Apucarana (PR), afirmou que a reforma tributária é necessária, mas pediu para que o Senado tenha atenção com os municípios para que sejam fortalecidos por meio da reforma tributária. Dário Saad, Prefeito de Campinas (SP), apresentou posição favorável à reforma, contudo, afirmou que ao tirar a autonomia do ISS dos municípios, comprometerá os prefeitos e seus esforços. Defendeu que há a necessidade de simplificar a tributação, mas o afirmou que o ISS é o mais simples e menos complicado para se mexer.

Adriane Lopes, Prefeita de Campo Grande (MT), afirmou que os prefeitos querem a garantia do princípio da autonomia e do tratamento adequado para todos os municípios, bem como demonstrou atenção com o setor de serviços. Antoniel de Sousa Silva, Prefeito de Caridade (PI), concordou que o país precisa de um novo sistema tributário, mas pede a revisão dos critérios do rateio da cota-parte dos municípios na arrecadação do IBS. Luciano Silva Santos, Prefeito de Lagoa Nova (RN), tratou da fixação de alíquotas pelos municípios com o objetivo de garantir plena competência aos municípios. Edimar Aparecido Pereira, Prefeito de Santa Cecília do Pavão (PR), demonstrou apoio à reforma tributária, todavia, afirmou que o texto precisa de alguns aperfeiçoamentos. Nesse sentido, tratou de maior autonomia dos municípios no âmbito do Conselho Federativo de IBS, bem como o direito ao veto de obrigações e competências pelos municípios.



Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA: www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

